

# Propaganda eleitoral

A regulamentação da propaganda na campanha eleitoral do Distrito Federal entra na pauta de discussões do Governo amanhã. O assunto é importante para preservar a cidade de poluições nefastas e fundamental para que a democracia seja praticada entre nós. Dois aspectos são fundamentais: facilitar a propaganda sem poluições indesejáveis e evitar que a campanha se transforme em um jogo de influências econômicas.

Não se pode conceber a democracia sem regras que regulamentem a disputa do poder. Algumas destas regras são de tal modo universais que nem precisam ser registradas. Direito de todas as correntes de se fazerem representar nas disputas; acatamento da vontade expressa pela maioria; respeito aos direitos das minorias, etc. Estes princípios, em geral, estão inscritos nas Cartas Magnas. Existem, entretanto, domínios em que regulamentações precisas são necessárias. É claro que estas podem e devem ser conjunturais.

O princípio de respeitar a cidade, não polui-la desnecessariamente, é impositivo em democracias incipientes. Quando a educação política e cívica progride, as forças políticas passam a respeitar estes princípios espontaneamente e as regras, as leis e as punições previstas passam a ser desnecessárias.

Entre nós, uma cidade que ainda não experimentou pleitos verdadeiros, em que as forças políticas, muitas vezes, ainda refletem de forma direta grupos de interesses, a regulamentação, nesta área deve ser precisa e rigorosa. Amanhã, pode-se esperar, será dispensável.

Existe outro domínio em

que a regulamentação da campanha é importante entre nós: deve-se evitar que os votos sejam disputados em verdadeiros leilões, em que o poder econômico seja dominante. A lei federal já cuida, ainda que de forma imperfeita, de certos aspectos da luta contra o poder econômico. A campanha oficial garante a todos os partidos o acesso à opinião pública. É verdade que este direito é limitado e deformado pela famigerada Lei Falcão. Esta, depurada de seus aspectos restritivos, pode ser uma contribuição para que a informação chegue de forma ampla a todos os eleitores.

No Distrito Federal é preocupação manifesta do Governo de que a influência do poder econômico seja limitada. É evidente que a simples regulamentação que proteja a beleza da cidade não é suficiente para limitar o poder do dinheiro. É importante que medidas sejam tomadas para que os cidadãos tenham acesso a todas as opções que lhes são oferecidas, para que o sistema não seja deformado pelo poder do dinheiro.

A solução mais frequente nas democracias estabelecidas é a implantação de painéis em que os espaços sejam reservados a todas as forças que disputam o pleito. Para que este sistema seja implantado entre nós, é imprescindível uma ampla consulta à sociedade e em especial aos partidos políticos registrados no DF. Tal sistema deve, sobretudo, evitar uma uniformização da campanha. Ele só pode pretender oferecer ocasião mesmo aos que dispõem de menos recursos para levarem suas mensagens à população, para que esta possa exercer conscientemente seu poder soberano de escolha dos governantes.